



Faculdade de Direito

Proposta de Plano Anual de Actividades e Orçamento - 2021

Maputo, Julho de 2020

Índice

1	Lista de abreviaturas	5
2	Introdução	6
3	Enquadramento Estratégico do Plano Anual de Actividades e Orçamento	8
4	Apresentação das Actividades	9
4.1	Eixo de Ensino-aprendizagem	9
4.2	Eixo de Investigação	11
4.3	Eixo de Extensão e Inovação	12
4.4	Eixo de Governação e Cooperação Universitárias.....	16
4.5	Eixo de Gestão, Finanças e Recursos Humanos	18
4.6	Eixo de Património e Infra-estrutura.....	19
4.7	Eixo de Assuntos Transversais	19
5	Orçamento Global.....	20
6	Desafios e Perspectivas.....	20

Apresentação da Unidade (Atribuições, Visão, Missão, Estrutura Orgânica)

▪ Perfil da unidade

A Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) lecciona cursos aos níveis de graduação, de cariz generalista, bem como de pós-graduação (mestrado, doutoramento e especialização), orientados para as necessidades do país, da integração regional e da globalização.

Os cursos são oferecidos em regime laboral (curso de graduação) e em regime pós-laboral (curso de graduação e todos cursos de pós-graduação).

Este órgão está acessível pelo website www.direito.uem.mz e pelos endereços telefónicos +258 21494748/490764; Telefax: + 258 21 494630.

▪ Localização

A Faculdade de Direito está localizada na Av. Kenneth Kaunda, nº 960, Bairro Sommerschild. O edifício da Faculdade desenvolve-se em quatro pisos constituídos por dois blocos contando no presente ano com 58 anos de idade e ocupa uma área de 2.366m².

▪ Estrutura orgânica

Composição da Direcção da Faculdade

- Director – Doutor Henriques José Henriques
- Directora-Adjunta para a Graduação – por designar
- Director-Adjunto para Investigação e Extensão – por designar
- Administrador – Lic. Elvino de Jesus S Tomo
- Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas – Lic. João José Pascoal
- Chefe do Departamento de Ciências Jurídico-Económicas – Me Amina Abdala
- Chefe do Departamento de Ciências Jurídico-Políticas – Me Arlete Sulemane
- Chefe do Departamento de Informação e Bibliotecas – Lic. Albino Jeremias Nhassengo

- Chefe do Gabinete de Planificação e Cooperação – Me. Alcides Nobela
- Coordenador do Centro de Direitos Humanos – por designar
- Coordenadora do Centro de Práticas Jurídicas – Me. Armando Cuamba
- Coordenador-Adjunto para a Pós-Graduação – Doutor Almeida Machava
- Coordenador do Departamento de Avaliação da Qualidade Académica – Me. Gil Cambule.

▪ **Principais Atribuições**

Ensino: Ensino superior em Direito nos níveis de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado, Doutoramento e Vertente de especialização).

Investigação: Promoção da investigação científica para fazer face a missão da UEM em se tornar numa universidade de investigação e, do estudo das aplicações do Direito e Cooperação para o Desenvolvimento nas áreas prioritárias do desenvolvimento do país e suporte à função de ensino.

Extensão: Realização de cursos de curta duração;

Organização de estágios para estudantes por via da assistência jurídica aos cidadãos carenciados e realização de diversas actividades de pesquisa, capacitação e disseminação dos Direitos Humanos e Direitos Sociais.

1 Lista de abreviaturas

- ACDH: Associação Centro de Direitos Humanos
- CDH: Centro de Direitos Humanos
- CTA: Corpo Técnico Administrativo
- CPJ: Centro de Práticas Jurídicas
- D: Doações
- FDUEM: Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
- IPAJ: Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica
- MCTESTP: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
- NED: Núcleo dos Estudantes de Direito
- OBC: Organizações de Base Comunitária
- OE: Orçamento do Estado (centralizado)
- PEUEM: Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane
- RP: Receitas Próprias

2 Introdução

A Proposta de Plano de Actividades e Orçamento da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) para o exercício económico de 2021 continua a contemplar acções conducentes à vitalização da investigação como estratégia para melhorar a qualidade do ensino. Com efeito, para além das actividades de capacitação/actualização do corpo docente em matérias de interesse pedagógico, os docentes estarão activamente envolvidos em projectos de investigação, como prioridade máxima do Plano Estratégico da UEM 2018-2028 (PEUEM).

Ao nível das actividades de extensão a FDUEM, através do Centro de Prática Jurídica (CPJ), participará em programas de rádios comunitárias para a divulgação das leis e direitos nas escolas, comunidades e mercados. Organizará ainda seminário sobre violência baseada no género, envolvendo os centros de extensão de outras Faculdades da UEM. Participará também em programas de intercâmbio com centros de práticas jurídicas e unidades equiparadas de outras instituições do ensino superior, para além de promover a assistência jurídica e judiciária a pessoas carenciadas.

A crescente atenção que a FDUEM tem merecido por parte dos seus parceiros de cooperação nacionais e estrangeiros propicia ganhos significativos nos vários domínios de actuação desta Faculdade, pelo que a cooperação e o intercâmbio devem ser reforçados, como já vem recomendado no PEUEM.

Para lograr os seus objectivos, a Faculdade deverá estar munida de meios financeiros e minimamente apetrechada com meios materiais, com destaque para obras bibliográficas, equipamento informático moderno, sistema de comunicação funcional, etc.

A FDUEM tem por missão prover aos seus estudantes e docentes um ambiente de aprendizagem rigoroso do Direito num contexto interdisciplinar, intercultural e internacional para que adquiram habilidades profissionais e éticas de modo a que se tornem excelentes juristas e líderes nas suas actividades profissionais. Para alcançar os objectivos inerentes à sua missão necessita, fundamentalmente, de recursos humanos qualificados, infra-estruturas e meios materiais adequados.

Para atender às perspectivas de incremento do número anual de graduados sem comprometer a excelência da qualidade do ensino no médio e longo prazos, impõe-se uma cada vez mais abrangente capacitação do corpo docente.

As instalações que a FDUEM presentemente ocupa são manifestamente inadequadas para a função de uma Faculdade, pois para além de terem sido concebidas como um colégio particular de ensino secundário, têm estado sujeitas a um regime de deterioração acelerado devido à sobrecarga. É à luz desse condicionalismo particular que a presente proposta de plano de actividades deverá ser avaliada.

Metodologia

No âmbito da elaboração da presente proposta, foram consultados, entre outros, os seguintes documentos:

- Proposta do Plano de Actividades e Orçamento da FDUEM para 2020;
- Plano Operacional 2019-2021;
- Relatório de Actividades e Financeiro da FDUEM referente a 2019;
- Plano Económico e Social 2020;
- Recomendações da inspecção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP);
- Matriz de recomendações do Gabinete do Magnífico Reitor no âmbito da visita de trabalho que teve lugar na FDUEM em Abril de 2017.

3 Enquadramento Estratégico do Plano Anual de Actividades e Orçamento

O presente Plano Anual de Actividades e Orçamento, resulta da contribuição e participação de diversos sectores deste órgão e enquadra-se na Visão da UEM, que tem como alicerce do processo de ensino-aprendizagem, a Investigação como a melhor forma de a FDUEM, em particular, e a UEM no geral, contribuir para a produção do conhecimento e consequentemente melhor intervir em prol do desenvolvimento de Moçambique.

São exemplos desta premissa, as actividades propostas no eixo de ensino e aprendizagem, nomeadamente promoção da investigação como forma de garantir a elevação da qualidade do corpo docente a tempo inteiro, introdução de plataformas *e-learning* de ensino e aprendizagem que estão em harmonia com o objectivo estratégico de garantir a inovação no processo de ensino e aprendizagem, centrando o ensino no estudante, incorporando a investigação e a extensão nos curricula e no ensino e aprendizagem.

No eixo da investigação, está prevista, entre outras, a produção e publicação da Revista Científica da UEM na área do Direito, resultante de pesquisas feitas por estudantes e docentes da FDUEM, o que garantirá a efectivação da promoção da disseminação estruturada de resultados de investigação como forma de ampliar a visibilidade, o alcance e impacto dos mesmos resultados. No âmbito da internacionalização e elevação da qualidade da investigação na UEM, as actividades de intercâmbio propostas no mesmo eixo já são elucidativas para a materialização da investigação e posterior partilha de resultados das mesmas, o número de publicações propostas são também indicadores do compromisso que a FDUEM tem com relação a investigação como o alicerce para tornar a UEM numa universidade de investigação e garantir o seu espaço ao nível nacional, regional e internacional, como já vem espelhado no Plano Estratégico da UEM 2018-2028.

4 Apresentação das Actividades

As actividades são apresentadas por eixos, na ordem proposta no documento “*Proposta de Estrutura do Plano de Actividades e Orçamento*”. Porém as tabelas onde serão descritas as actividades e os respectivos orçamentos serão apresentadas como anexos, nomeadamente, Anexo Eixo de Ensino e Aprendizagem (Anexo E1), Anexo Eixo de Investigação (Anexo E2), Anexo Eixo de Extensão e Inovação (Anexo E3), sucessivamente, por forma a permitir uma melhor leitura e compreensão.

4.1 Eixo de Ensino-aprendizagem

A FDUEM vai, em 2021, recomendar a adopção de um novo modelo de selecção e admissão dos estudantes ao nível de graduação. Em concreto, pretende propor a alteração dos pesos nas disciplinas de admissão para 70% para a disciplina de Português e 30% para a disciplina de Historia, sendo que na disciplina de português deve introduzir-se duas questões que envolvam a redacção.

Pretende ainda introduzir o semestre zero, passando a admissão a ter as seguintes fases: (i) exame nacional de acesso sem a alteração dos termos da modalidade acima apresentada; (ii) estudantes apurados no exame nacional passam para a fase seguinte constituída por um semestre propedêutico com carácter eliminatório para apurar o número definido no edital (60) e anunciar os admitidos.

A transformação da UEM numa universidade de investigação, continua a ser um desafio para o ano 2021. Para o efeito, é necessário tornar as Faculdades e escolas em polos de investigação. Como forma de materializar a missão e visão da UEM, a FDUEM vai, através dos grupos de disciplina, incentivar as actividades de investigação e assegurar a participação dos estudantes nas referidas actividades, para ulterior publicação.

No que diz respeito ao aumento da relevância, a diversidade e modalidades de oferta de cursos de graduação e de pós-graduação para responder às necessidades do desenvolvimento nacional e da sociedade a FDUEM vai:

- Propor a reforma curricular ao nível da licenciatura e da pós-graduação de modo a

permitir que os graduados adquiram, durante o curso, competências e aptidões para o mercado de emprego, que promovam o empreendedorismo e a investigação científica;

- Proceder a autoavaliação dos cursos de licenciatura e de pós-graduação para efeitos de acreditação pelos órgãos competentes do Estado, vide o anexo E1.

Para suprir os efeitos resultantes do défice de professores com o grau de doutor, a FDUEM pretende incrementar o número de horas de contacto entre o docente e o estudante, através da promoção do uso de plataformas electrónicas.

Ao nível da Pós-Graduação, para o ano de 2021, as actividades propostas incluem a implementação de mais uma edição do curso de **Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas**, que se espera que seja oferecido em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no âmbito da cooperação existente, vide o anexo E1.1.

Propõe-se igualmente a introdução de um curso de **pós-graduação em Direito Bancário e Seguros**. A proposta deste curso é resultado das várias solicitações que a FDUEM tem recebido de pessoas interessadas em frequentar este curso e por se entender que o mesmo terá um impacto positivo em termos de atracção de potenciais estudantes. Propõe-se ainda um curso de pós-graduação em **Direito Internacional dos Negócios**. Espera-se que a implementação deste curso seja em parceria com as Faculdades de Direito das Universidade de Lisboa e de São Paulo, em resultado das concertações com Professores daquelas Universidades para um curso de especialização conjunto. A proposta deste curso tem em vista a responder à actual conjuntura económica do país, com muitos investimentos estrangeiros. Estas actividades foram proposta no plano anual de 2020 e não serão realizadas neste ano devido aos constrangimentos financeiros.

Para além de actividades lectivas, propõe-se igualmente outra actividade complementar às já recorrentes na Faculdade, designadamente as defesas de monografias de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de Doutoramento. Em termos de previsão, para o curso de licenciatura prevê-se cerca de 80 defesas, para os cursos de Mestrado projecta-se cerca de 192 defesas e para o Doutoramento a previsão é de 5 defesas, vide o anexo E1.2.

4.2 Eixo de Investigação

A transformação da UEM em universidade de investigação, no âmbito da sua Missão e Visão e ainda de acordo com o seu Plano Estratégico, exige das suas Unidades Orgânicas, em particular da FDUEM, o acompanhamento desses esforços da Universidade.

Este cenário traz novos desafios à FDUEM com vista a responder com êxito ao novo desiderato. Assim, para o ano de 2021 no domínio da investigação a FDUEM propõe-se entre outras intervenções estratégicas:

i) Realizar Conferências, Seminários, Palestras e Colóquios

A FDUEM tem assumido, ao longo dos tempos, um papel determinante no desenvolvimento do Direito no país, através de várias acções. Estando o país a experimentar uma série de reformas jurídicas em várias áreas, para o ano 2021 propõe-se uma nova forma de a Faculdade continuar a dar o seu contributo. Assim, pretende-se realizar em 2021, uma Conferência sobre as Reformas Jurídicas de Moçambique, um evento que se pretende anual, no qual serão discutidos vários assuntos jurídicos com vista ao fortalecimento e modernização do Direito Moçambicano, vide o anexo E2.

Uma Faculdade de Investigação deve pressupor o envolvimento dos estudantes na pesquisa. Nesta perspectiva a FDUEM pretende realizar para o ano de 2021 seminários e palestras de pós-graduação, com o propósito de manter os estudantes da pós-graduação em contacto permanente com as actividades de investigação no âmbito da missão e visão da UEM, pelo que os seminários da pós-graduação servirão de mecanismo para os estudantes de Mestrado e Doutoramento partilharem os resultados das suas pesquisas. Ainda neste domínio, propõe-se a participação de docentes em conferências internacionais como instrumento de internacionalização da Faculdade.

ii) Promover Publicações Científicas

Neste domínio a principal acção proposta é a publicação de um número da revista jurídica da Faculdade. Esta acção insere-se na missão e visão da UEM e visa a divulgação dos trabalhos de pesquisa dos docentes da Faculdade bem como dos resultados de pesquisa ao nível da pós-graduação. Esta actividade irá conferir outra visibilidade à Faculdade no que se refere ao seu alinhamento com as estratégias da Universidade. Transformar a revista jurídica FDUEM numa publicação com revisão de pares está equacionado, visto que irá conferir outra dimensão

científica à mesma, pelo que, a criação de uma comissão editorial da FDUEM mostra-se crucial.

Como forma de disseminação dos resultados das investigações realizadas por docentes da FDUEM, propõe-se igualmente promover a publicação de um número especial da Revista Científica da UEM. Pretende-se com esta iniciativa, que já vem sendo discutida há algum tempo, dar oportunidade, aos docentes da FDUEM, de verem as suas pesquisas divulgadas a nível da UEM através da sua principal publicação científica.

A publicação dos resultados dos seminários conjuntos com a Faculdade de Direito da Universidade de Macau continuará a ser aposta da FDUEM visto que tem-se revelado como um mecanismo válido de internacionalização da FDUEM e divulgação dos resultados das pesquisas dos Docentes.

iii) Garantir a qualidade da investigação científica

A FDUEM não pretende apenas promover a pesquisa, é importante que essa pesquisa seja reconhecida pela sua qualidade. Para tal, a FDUEM irá apostar na adopção de mecanismos de garantia de qualidade da investigação científica, que passam pelo aumento do acervo bibliográfico (apetrechamento das bibliotecas), devendo para o efeito adoptar-se uma política de formação e desenvolvimento do acervo.

iv) Garantir a sustentabilidade da investigação científica na FDUEM

A realização de actividades de investigação requer a mobilização de recursos não só humanos, mas também patrimoniais (materiais e financeiros). É neste sentido que a FDUEM se propõe a formar e recrutar recursos humanos (investigadores) qualificados para garantirem a operacionalização dos projectos de investigação que vier a desenvolver.

Por outro lado, por forma a tornar a investigação científica auto-sustentável prevê-se a reestruturação dos Centros de Pesquisa da Faculdade, através da adopção de uma política do seu funcionamento, por forma a torná-los pólos de prestação de serviços. Neste domínio há ainda a destacar a proposta de criação de um Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos, que irá funcionar como fórum de adjudicação extrajudicial de pequenos litígios.

4.3 Eixo de Extensão e Inovação

A Faculdade de Direito da Universidade pretende firmar-se como uma unidade de referência no uso da produção científica no campo do Direito em benefício da comunidade e do país em

geral. Para o efeito a FDUEM servir-se-á dos diferentes centros que, para além de prestarem apoio académico, promovem a ligação entre a teoria e a prática.

Nesta perspectiva, a FDUEM através do Centro de Práticas Jurídicas e do Centro de Direitos Humanos propõe-se a:

- Capacitar os estudantes em conteúdos práticos de Direito. Trata-se de uma actividade relevante na medida em que confere aos estudantes conhecimentos técnicos e práticos complementares à componente teórica adquirida ao longo do curso (iniciação da prática jurídica). Para esta acção o objectivo é elevar a qualidade de ensino através do incremento de actividades com conteúdos práticos, contando, para o efeito, com as parcerias desenvolvidas com outras instituições públicas e privadas.
- Colaborar com os Centros e instituições de pesquisa na criação de base de dados, ministração de inquéritos e pesquisas.
- Promover acções de assistência e patrocínio jurídico à comunidade, em particular aos cidadãos carenciados, na resolução judicial e extrajudicial de conflitos. Trata-se de uma actividade contínua que, por um lado permite prestar assistência jurídica aos cidadãos carenciados, e por outro habilita os estudantes a desenvolverem a prática jurídica. Esta actividade está interligada com actividades de formação e educação das comunidades para que conheçam os seus direitos e sejam capazes de recorrer aos mecanismos de resolução de conflitos, em caso da sua violação.
- Capacitar as organizações de base comunitária (OBC), juízes comunitários e realização de palestras ou sessões educativas na comunidade, com vista a garantir uma maior promoção e defesa dos direitos no geral e do direito de acesso à justiça em particular.
- Ministras palestras nas comunidades e produzir folhetos informativos, permitindo, por um lado, que os estudantes desenvolvam habilidades para escrever de forma simples informação essencial sobre direitos básicos do cidadão e, por outro, educar o cidadão para que possa clamar pela reposição dos seus direitos.
- Participar em programas de rádio comunitária e divulgar leis na comunidade.
- Reforçar o intercâmbio entre os centros da FDUEM e seus congéneres com vista a ampliar a sua visibilidade.
- Realizar feiras abarcando diferentes áreas do saber jurídico.

a) Centro de Direitos Humanos

O Centro de Direitos Humanos para além do apoio académico, vai realizar actividades de pesquisa para as instituições públicas e privadas de modo a dar um suporte científico à sociedade civil para a produção de pareceres jurídicos na área de direitos humanos.

Em linhas gerais o CDH pretende:

- Rubricar protocolos de cooperação com instituições ligadas às questões dos Direitos Humanos para divulgação e consciencialização do público (Universidades e instituições de ensino afins, incluindo o Centro de Formação de Magistrados, Ministério da Justiça, Ministério do Interior, Parlamento, Parlamento Juvenil, Organizações da Sociedade Civil e Religiosas);
- Realizar seminários e criar um espaço de debate das questões de índole dos Direitos Humanos;
- Realizar cursos de curta duração para os interessados;
- Participar nas jornadas de direitos humanos da *Commonwealth*.

No que diz respeito ao intercâmbio com a sociedade, prevê a realização de seminários, conferências em matérias de Direitos Humanos e terá como grupo alvo os estudantes e a sociedade civil e Agentes do Estado.

b) Centro de Prática Jurídica - Estágios e intercâmbio com a sociedade

Os estudantes da FDUEM beneficiam de estágio oferecido pelo IPAJ, com a supervisão do CPJ. Esta é uma actividade de extrema importância para os estudantes em fase final do curso devido à sua componente prática. O estágio permite a integração dos estudantes em actividades práticas e interacção com a comunidade.

É importante referir que a frequência do estágio com sucesso por parte dos estudantes no CPJ constitui uma outra forma de culminação de estudos no curso de graduação em Direito, em alternativa ao Trabalho de Fim do Curso e Exame de Fim do Curso.

Os benefícios profissionais e sociais do envolvimento de estudantes nas actividades de extensão são assinaláveis, pois ao permitir o contacto dos estudantes com a realidade das diferentes instituições de justiça, auxiliam as comunidades na resolução extra-judicial de conflitos, adquirindo experiência de modo a estarem qualificados para concorrer no mercado de trabalho.

As actividades previstas para o ano de 2021, têm como base os objectivos do CPJ e visam, por um lado, formar profissionais com qualidade e experiência na área de Direito e alto sentido de responsabilidade social, e por outro lado, promover o acesso à justiça com recurso a estudantes previamente seleccionados, através de capacitação em matéria de direitos humanos; divulgação de leis nas comunidades, escolas, mercados, rádios, televisões, etc; assistência jurídica e mediação de conflitos.

O CPJ em 2021 pretende consolidar a sua parceria com instituições públicas e privadas na elaboração de materiais educativos, de manuais e ferramentas de trabalho bem como a realização de seminários que visam dar maior visibilidade ao Centro e a Faculdade.

c) Centro de Estudos de Direitos Sociais

Para o ano de 2021, o Centro de Estudos de Direitos Sociais, propõe-se a realizar as seguintes actividades:

- Produção de colectânea de legislação de direito social;
- Investigação de um tema relativo ao direito à habitação;
- Desenvolvimento do Plano Estratégico do Centro;
- Aquisição de mobiliário e equipamento.

4.4 Eixo de Governação e Cooperação Universitárias

a) Domínio da Governação

Na componente da governação, a FDUEM propõe-se a continuar a garantir e a implementar práticas de governação democráticas e colegial a todos os níveis de gestão e assegurando uma estrutura de gestão consentânea com os desígnios de uma Faculdade alicerçada no espírito de boa governação. Para a materialização e melhoria destes processos, pretende-se garantir a realização regular e participativa de encontros de reflexão e tomadas de decisão, através dos órgãos colegiais, como sugere o Regulamento Interno da FDUEM.

Faz também parte da governação e gestão a componente da transparência e a FDUEM compromete-se a cultivar a planificação, o espírito de prestação de contas, monitoria e avaliação periódica das actividades a todos os níveis de governação e gestão, vide o anexo E4.

b) Domínio da Cooperação Universitária

Ao nível da cooperação universitária, define-se como prioridade a materialização da internacionalização da UEM em geral e da FDUEM em particular, com o estabelecimento de acordos/parcerias nas áreas académica, governação e gestão universitária, entre outras, para a implementação do PEUEM 2018-2028.

Neste domínio, para garantir a mobilidade académica e a inclusão de todos os intervenientes (Estudantes, Docentes/Investigadores e membros do CTA) do PEA e internacionalização da FDUEM, como uma das recomendações do PEUEM 2018-2028, para o ano de 2021 a FDUEM propõe-se a:

- Manter e fortalecer os acordos existentes, como é o caso dos acordos com as Faculdades de Direito da Universidade de Pretória (Africa do Sul) através do seu Centro de Direitos Humanos, da Universidade de Macau e da Universidade de Lisboa.
- Considerando os acordos existentes ao nível da UEM com outras IES estrangeiras, explorar as possibilidades para FDUEM estabelecer parcerias com outras congéneres de Universidades Africanas como é o caso da Universidade de Cape Town, Universidade de Western-Cape e UNISA (Africa do Sul), Universidade Makherere (Uganda) Universidade do Zimbabwe (Zimbabwe), Universidade Agostinho Neto (Angola); Universidades europeias, como a Universidade de Cagliari (Itália), Universidade de Groningen (Holanda); Universidades Americanas, como a Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco (Brasil); Universidades Asiáticas, como a

Universidade de Beijing, a Universidade de Ciência Política e Direito da China (China), Universidade de Timor Leste.

- Desenvolvimento da colaboração com instituições governamentais, instituições autónomas e comunidade empresarial em áreas de interesse comum, em particular em matéria relativa à investigação, organização de cursos de capacitação e eventos científicos, bem como publicações.

ii) Mobilidade

- Deslocação de docentes das universidades portuguesas para leccionação nos cursos de mestrado (definidos sempre até finais de Novembro de cada ano), no âmbito da cooperação;
- Deslocação de 1 docente da FDUEM para leccionar na Universidade de Pretória, mestrado em Direitos Humanos;
- Recepção de 4 estudantes para pesquisa no âmbito do mestrado em Direitos Humanos e Democratização em África em parceria com a Universidade de Pretória.
- Promoção de actividades de mobilidade académica com outras instituições.

4.5 Eixo de Gestão, Finanças e Recursos Humanos

O desenvolvimento de uma universidade de investigação, no âmbito da missão e visão da UEM, pressupõe a criação de mecanismos de suporte aos diferentes eixos prioritários. Assim, para cumprir com esse desiderato, a FDUEM irá apostar no modelo de gestão de recursos (humanos e financeiros) baseada na transparência e eficiência, valorizando os seus recursos humanos. Para o efeito, a FDUEM propõe-se a:

- **Divulgar os principais documentos de gestão no *website* da FDUEM**, para promover a transparência e valorizar boas práticas de gestão administrativa, financeira e académica;
- **Reposição do circuito de vídeo vigilância** – que se encontra obsoleto e fora de uso, o que pode fomentar furtos, roubos e de uma forma geral causar quebras da segurança de pessoas e bens dentro das instalações;
- **Promover a auto-sustentabilidade do Gabinete de Estudos e Projectos da FDUEM**, e simultaneamente consolidar os projectos existentes e dinamizar a angariação de novos projectos, como parte das medidas para a diversificação das fontes de financiamento;
- **Organizar cursos de curta duração** em matérias relevantes para o mercado, também no contexto da diversificação das fontes de financiamento da FDUEM
- **Promover maior atractividade no regime de recompensas** – por via da harmonização/ajustamento da tabela de incentivos do corpo técnico administrativo, pelo facto de a mesma, embora alterada em 2013, ter revelado inconsistências substanciais, tendo em conta a actualização do valor da mensalidade do curso de graduação em regime pós-laboral, havida em 2017. Nota que a tabela de remunerações dos docentes foi aprovada em 2019 e entrou em vigor no início do presente ano;
- **Promover maior eficiência dos recursos humanos** – na vertente da capacitação de docentes e CTA em matérias de psico-pedagogia, administração e gestão universitária, recursos humanos, secretariado, legislação sobre administração pública e tecnologia de informação e comunicação.

4.6 Eixo de Património e Infra-estrutura

Um dos grandes desafios da FDUEM prende-se com inexistência de infra-estruturas adequadas para atender às exigências actuais. Este cenário agrava-se sobremaneira se atendermos à missão e visão proclamadas pela UEM, de se transformar em universidade de investigação.

A FDUEM deve estar preparada para responder este desafio através da expansão e modernização das suas infra-estruturas, sem perder de vista a criação de condições mínimas de funcionamento nas instalações actuais, decorrentes de imperativos técnicos e legais. É neste contexto que a FDUEM propõe-se a:

- **Actualizar o projecto executivo do novo edifício da FDUEM** – o projecto foi elaborado em 2010 e ainda não foi implementado, sendo oportuna a sua actualização face aos reparos feitos por vários *stakeholders* ao longo dos anos, decorrentes da alteração do espaço de edificação, do custo do empreendimento, e de factores de âmbito legal, etc;
- **Colocar rampas no edifício da Faculdade para permitir o acesso universal**, como parte das medidas de reafirmação dos direitos das pessoas portadoras de deficiências e não só, e em cumprimento das recomendações da inspecção do MCTESTP, nos termos do s/ofício nº 2134/GM- MCTESTP/382/2017, de 28 de Dezembro, bem como das imposições legais;
- **Reabilitar o campo de jogos e remodelar o centro social e o centro de cópias**, a fim de os tornar mais rentáveis. Importa realçar, a título de exemplo, que o campo de jogos da FDUEM pode acolher apenas a prática de *futsal*, dada a degradação. Sendo reabilitado, o mesmo poderá permitir a prática de várias outras modalidades, entre elas o basquetebol, ténis em campo, etc;
- **Renovar a pintura exterior das instalações da Faculdade** – a última pintura exterior teve lugar em 2015, sendo que o desgaste natural e algumas infiltrações recomendam a reposição da mesma em 2021;
- **Efectuar reparações, reposição de acessórios de WC e manutenção de aparelhos de A/C** – por serem essenciais ao uso eficiente das instalações.
- **Manutenção e reparação de viaturas e motociclos** da FDUEM, que constituem actividades inadiáveis.

4.7 Eixo de Assuntos Transversais

Basicamente os objectivos estratégicos no eixo de assuntos transversais referem-se, numa primeira fase, ao desenvolvimento de planos organizacionais para abordar e integrar (i) o **género e HIV**, (ii) a **cultura e desporto**, (iii) o **meio ambiente** e a **comunicação e marketing**.

Exceptuando o plano para abordar e integrar o meio ambiente, que no caso da FDUEM é da atribuição do respectivo Centro de Estudos do Direito do Ambiente, o desenvolvimento dos demais planos deverá ser antecedido da constituição de grupos de trabalho ou núcleos, os

quais, entre outros, apresentarão guiões de plano por áreas, bem como os planos anuais de actividades, vide o anexo E7.

Para se sustentarem, e independentemente do volume de actividades, estes núcleos carecem de um financiamento mínimo, que em princípio, é do OE.

5 Orçamento Global

O orçamento global previsto para 2021 é de **107.298.550,00 MT**, conforme a tabela abaixo.

Agregados	Orçamento (em Unid 1000MT)			
	Fonte de financiamento			Total
	RP	OE	Outras (D)	
Salarios e Remuneracoes	20,035.70	39,598.30	n/a	59,634.00
Outras Desp Pessoal	283.00	277.06	1,664.00	2,224.06
Bens	1,957.00	1,136.00	2,029.93	5,122.93
Servicos	4,169.01	3,472.08	15,125.54	22,766.63
Desp Capital	567.00	3,626.27	7,905.00	12,098.27
Transferencias Dfin, DIM, FD(infr)	5,452.66	-	-	5,452.66
Total	32,464.37	48,109.71	26,724.47	107,298.55

6 Desafios e Perspectivas

De um modo geral, os principais desafios seriam os seguintes:

- Reorientação da FDUEM para a vocação preconizada na nova missão da UEM – Investigação, para isso é preciso garantir condições de infra-estruturas, meios financeiros e materiais, equipamento informático adequado.
- Na área dos recursos humanos regista-se uma fraca divulgação ou baixo nível de realização de cursos de curta duração pelas entidades de tutela – CeDeP, Direcção Científica, etc – o que pode contrariar os esforços para a transformação da FDUEM numa unidade efectivamente voltada para a investigação;

Espera-se a efectivação do projecto de construção do novo edifício da Faculdade, que constitui pedra basilar da implementação das reformas necessárias, para fazer face as novas exigências do PEUEM, como por exemplo garantir espaço para leccionação num rácio de 1 docente PhD para 24 estudantes, daí a manutenção desta actividade no plano de actividades da FDUEM e da UEM.

A nova missão (e visão) da UEM tem-se revelado necessária, oportuna e inadiável. A mesma requer, na fase inicial de implementação em que se encontra, uma injeção significativa e imediata de recursos que apenas a direcção máxima da UEM está plenamente apta para negociar junto dos parceiros nacionais e estrangeiros.

Neste contexto, recomendamos e esperamos que sejam redobrados esforços na busca de financiamento, especialmente do Orçamento do Estado, para que possam ser atendidas as necessidades de recursos constantes na presente proposta, para que o objectivo de promoção da investigação como estratégia para a melhoria da qualidade do ensino, e não só, seja alcançado nesta Faculdade.